



Reforma Universitária

Privatização de vagas fica para depois do recesso

Pressionado pela necessidade de limpar a pauta da Câmara e assim votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o governo acabou retirando o pedido de urgência para o privatizante projeto de lei nº 3.582/2004 (mais conhecido como Programa Universidade para Todos ou Prouni). Com isso, a votação do PL ficou adiada para depois do recesso do Congresso.

O Prouni tem como princípio a compra de vagas em instituições particulares com dinheiro público. Essa compra de vagas, vale lembrar, ocorre pela isenção de impostos e contribuições que financiam o Tesouro Nacional e a Seguridade Social no Brasil. Pelo artigo nono do projeto de lei, a instituição que aderir ao Prouni não precisa mais pagar o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e a Contri-

buição para o Programa de Integração Social (PIS/PASEP). Pelo visto, não será surpresa que uma nova contra-reforma da previdência seja encaminhada para cobrir o déficit aberto pela mercantilização da educação.

Curiosamente, na página eletrônica do parlamentar responsável pela relatoria do projeto, o petista Irineu Colombo (PT-PR), o motivo do adiamento é justificado pela reivindicação dos setores da sociedade “interessados no aperfeiçoamento da legislação ligada à área educacional do País”. Como se o governo realmente estivesse interessado em ouvir os apelos da população em questões como a previdência ou o salário mínimo...

Empresários pressionam o Congresso

O projeto tem sido alvo de críticas do Andes-SN por mais esse descompromisso

do governo com o sistema público federal de ensino superior. Além disso, as próprias instituições privadas também protestam contra o conteúdo da proposta, em busca de mais vantagens. Para se ter uma idéia, o PL recebeu 292 emendas, cuja maioria foi influenciada por um substitutivo proposto pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). A associação propõe, por exemplo, aumentar a diferença da relação entre as mensalidades cobradas e as bolsas de estudo concedidas. Introduz ainda o conceito de bolsas parciais e chega a flexibilizar a adesão ao Prouni de tal forma que a instituição não precise sequer conceder alguma bolsa.

O deputado Colombo modificou o texto inicial do governo e incorporou algumas das proposições da ABMES. “Aceitei a meia bolsa para que mais alunos possam ser atendidos”, afirmou o deputado.



Resenha

Financiamento das federais

A deputada federal Alice Portugal (PCdoB) disse, no dia 28/6, na Câmara, que o governo gasta duas vezes e meia mais recursos com o financiamento do ensino superior privado do que com o custeio de suas instituições federais de ensino superior (Folha Dirigida, 1/07). Segundo ela, os gastos totais da União somente com as renúncias tributárias em favor das instituições privadas de ensino foi de R\$ 868,9 milhões no ano de 2003. Somados aos valores da renúncia previdenciária (R\$ 462,05 milhões, em 2003) e aos recursos destinados ao Financiamento Estudantil (no mesmo ano, R\$ 548,9 milhões), chega-se ao espantoso valor de R\$ 1,735 bilhões. Enquanto isso, todas as instituições federais de ensino superior receberam, no mesmo período, apenas R\$ 695 milhões para seu custeio.

“Privataria Petista”

Na página que escreveu para a Folha de S. Paulo e O Globo (em 4/7), Elio Gaspari critica as Parcerias Público-Privadas: “(...)Essa parceria é o que se poderia chamar de Privataria Petista. Destina-se, entre outras coisas, a tirar as despesas com obras públicas da vigilância do Tesouro. Sua aprovação sempre foi difícil, mas a oposição dos senadores se cristalizou na semana passada, com um desastroso depoimento do ministro do Planejamento, Guido Mantega. Ele deu a impressão de não saber do que falava nem para quem falava”.

Estatais e a terceirização

O Ministério Público do Trabalho constatou que as empresas públicas entregam para prestadores de serviços ou cooperados cargos que deveriam ser ocupados por pessoas que prestaram concursos públicos. A estimativa do MPT é que entre 30% e 50% dos funcionários das estatais sejam hoje terceirizados. Fora isso, descobriu-se que a terceirização vai além do que a legislação permite (Folha de S. Paulo, 4/7).

Paciência tem limite

Dois deputados americanos, Erik Paulsen e Suzana Mendoza, sofreram protestos de estudantes e técnico-administrativos durante seminário, na Uerj, sobre as eleições nos Estados Unidos, realizado no dia 23/6. Segundo matéria de O Globo (2/7/2004), “após a manifestação, o Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais (Sintuperj) divulgou em seu boletim uma notícia cujo título era “Estudantes e servidores botam deputados de Bush para correr”. De acordo com o periódico, o Sindicato rebateu críticas recebidas por um professor da casa a respeito do protesto: “Ora professor, paciência tem limite. E democracia também. Ou o senhor invocaria a democracia para defender a instalação de um debate intitulado ‘a técnica de tortura ideal a ser aplicada na atual sociedade brasileira’? Talvez pudéssemos convidar aquele pessoal da ditadura”, diz um dos trechos do texto.



Reformas

Senadores concluem votações da nova Lei de Falências

Matéria retorna à Câmara

O plenário do Senado votou no dia 6 as emendas ao substitutivo que o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ofereceu ao projeto da nova Lei de Falências (PLC nº 71/04), substitutivo esse que já havia sido aprovado, informou a Agência Senado. Por 64 votos a dois, o relatório de Tebet relativo às emendas foi aprovado.

Foram rejeitadas também emendas dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Paulo Paim (PT-RS) e Heloísa Helena, que previam elevar a acima de 150 salários mínimos o valor máximo do pagamento de créditos trabalhistas em caso de falência. O plenário concordou com a argumentação de Tebet de que elevar o limite não alcançaria grande número de trabalhadores e beneficiaria ex-administradores que tivessem cometido fraudes contra a empresa. Simon e Paim também procuraram, inutilmente, encurtar

de um ano para seis meses o prazo do pagamento das obrigações trabalhistas no processo de recuperação judicial.

O projeto é tão descaradamente favorável ao sistema financeiro que os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) cobraram do governo uma queda maior dos juros, uma vez que o projeto cria mais segurança para os bancos credores.

Juízes do Trabalho reagem à aprovação

Para o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Grijalbo Fernandes Coutinho, a nova Lei de Falências representa enorme perda para o trabalhador brasileiro e favorece apenas o sistema financeiro, nacional e internacional. A matéria, aprovada pelos senadores, segue para apreciação dos deputados.

“Além de surpreendente, a atitude do

governo Lula em patrocinar um projeto que reduz o patamar de garantias do trabalhador e eleva o grau de segurança do recebimento de créditos pelos bancos e pelo conjunto do sistema financeiro, deve ser lamentada pela classe trabalhadora brasileira e por todos que ainda têm algum compromisso social com o trabalho, valor da República Federativa do Brasil que alguns insistem em ter como mero componente do processo de produção gerador de lucros”, afirmou Coutinho.

Desde 2003, quando o assunto começou a ser debatido no Congresso Nacional, a Anamatra, entidade que representa todos os juízes do trabalho brasileiros, tem lutado para fazer alterações com o objetivo de melhorar a situação do trabalhador brasileiro. “Continuaremos nosso trabalho na Câmara dos Deputados e esperamos a mesma atitude das entidades representativas da classe trabalhadora nacional”, encerrou Coutinho.

Fontes: Senado e Anamatra